

## Estudo de Caso

### Pólo da Escola Três de Maio: A Pedagogia da Alternância como método de Educação do Campo.

*“Os sem terra sofreram muitas ameaças, mas continuaram firmes, organizaram as comissões internas e debaixo de uma barraca de lona preta e palha, iniciaram as aulas às crianças acampadas, marcando o início da educação”.* (Magnólia de Souza Maia)



*Escola Três de Maio.*

*Fonte: arquivos de fotos da Escola Três de Maio.*

## INFORMAÇÃO GEORREFERENCIAL DA ESCOLA TRÊS DE MAIO

A Escola Três de Maio localiza-se no Assentamento Castro Alves no município de Pedro Canário (ES), Brasil. ponto de georreferenciamento -18.222687, -40.056775.

O assentamento onde a escola está inserida é uma área fruto de Reforma Agrária, da luta do movimento social organizado MST que aconteceu na década de 1980, sendo que a emissão de posse da terra saiu no dia três de maio de 1989. O nome da escola é uma homenagem ao dia em que 129 famílias receberam o direito de terem uma terra para plantar e colher, com dignidade e soberania popular, rompendo com os paradigmas da sociedade e indo de encontro com a possibilidade de ter um futuro melhor.

## CLASSIFICAÇÃO DO CASO

A Escola Três de Maio foi constituída em 1993. A organização do Ensino Fundamental no assentamento parte das famílias e do setor de Educação do MST. Por isso, a escola está inserida numa comunidade rural e constituída por trabalhadores rurais, assentados que vivem, em sua maioria da atividade agrícola.

Durante o processo foram realizadas amplas discussões de avaliação e planejamento, para atender o grande desafio de construir uma escola com estrutura em que educandos, educadores, pais e comunidade pudessem se sentir orgulhosos, afinal a escola continua sendo de fato, um direito de todos. Os educandos que constituem o corpo discente da escola são filhos e filhas de trabalhadores do campo, filhos, netos de assentados e de famílias de comunidades vizinhas, inseridos num processo de luta social por uma sociedade mais justa.

Diante desse contexto a Escola Estadual de Ensino fundamental “Três de Maio” fundamenta-se no reconhecimento da história concreta de cada educando (a), do coletivo, da diversidade, dos gêneros, etnia, cultura, manifestando os princípios e diretrizes pedagógicas determinadas pela Instituição de Ensino (SEDU) em culminância com as diretrizes da Educação do Campo, abrangendo assim todo corpo técnico da escola (pedagógico e administrativo).

A Escola está vinculada ao mundo do trabalho, da cultura pela terra, ao projeto popular de desenvolvimento do campo, recuperando os vínculos entre educação e terra, trabalho, produção, vida, cotidiano de existência.

A escola busca desenvolver uma educação voltada para formação unilateral do ser humano, tendo como referência os princípios norteadores contidos no Currículo Básico Escola Estadual (2009) que são: valorização e afirmação da vida, o reconhecimento da diversidade na formação humana, a educação como bem pública, a aprendizagem como direito do educando, a ciência, a cultura e o trabalho como eixo estruturante do currículo.

Sustentada pelos princípios da pedagogia do MST, onde a educação seja um processo que auxilie na compreensão da importância do trabalho e da cooperação para a emancipação humana. Daí a importância de considerar a questão da agricultura camponesa e da reforma agrária popular e os desafios que elas colocam para a educação. Nessa perspectiva a educação voltada para a realidade do campo deve contribuir para a implementação desse novo jeito de lidar com a terra, tendo como enfoques principais: a produção de alimentos; a agroecologia e o trabalho cooperado. Assim, a formação para a cooperação é estratégica para uma educação que busca superar as relações capitalistas de produção, instituindo novas relações sociais, com a terra e com a natureza.

*A Escola do MST, portanto, é uma Escola do Campo, vinculada a um movimento de luta social pela Reforma Agrária no*

*Brasil. Ela é uma escola pública, com participação da comunidade na sua gestão e orientada pela Pedagogia do Movimento (Caldart, 2000, p. 60).*

Neste contexto, para o MST a escola é um agente muito importante de formação da consciência das pessoas.



*Escola Três de Maio.*

*Fonte: arquivos de fotos da Escola Três de Maio.*

A Escola no Assentamento Castro Alves nasce do sonho da continuidade de estudo aos jovens trabalhadores do campo, mas também de um processo de autonomia produtiva dos camponeses e processos dinâmicos de comercialização e autogestão nas propriedades e comunidade que vinha de uma realidade de atravessadores que os exploravam na comercialização dos produtos, causando desânimo e o êxodo rural.



*Fig. Logomarca da Escola criada em 2002.*

## CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E CULTURAIS DA POPULAÇÃO ENVOLVIDA

A Educação no Assentamento Castro Alves começou em barracos de lona preta na beira da estrada, sendo ainda acampamento. Em três de maio de 1988, sai a posse da terra e o povo vão para suas áreas definitivas. Devido à distância das residências das famílias, a comunidade é dividida em (04) quatro grupos denominados: Córrego do Engano, Córrego do Meio, Sede e Córrego do Jacuba. Cada grupo desses tinha uma Escola, com os seguintes nomes: Córrego do Engano EP “ Três de Maio I ” ; EP “ Três de Maio II “ Córrego do Meio; EP Três de Maio” III, na Sede e EP “ Três de Maio” IV no Córrego do Jacuba. Com esses nomes ficava complicado para o Subnúcleo de Educação distinguir cada uma na parte administrativa, foi proposto pelo Superintendente Senhor Rainério que mudassem o nome destas Escolas, e assim discutimos em Assembléia com a Comunidade e, e foi aceito a substituição dos nomes passando a se chamara: EP “Che Guevara”; EP “ Zumbi dos Palmares”; EP “ Canudos”; e EP “Coluna Prestes” e a EPG “Três de Maio” ficaria atendendo os Educandos de 5ª a 8ª séries, que já trabalhavam com a Proposta Pedagógica da Pedagogia da Alternância.

A Escola Três de Maio, que atende os educandos de 5ª a 8ª séries iniciou em 1993, no Governo de Itamar Franco, que assumiu após o impeachment de Fernando Collor de Melo, eleito presidente pelo voto direto após o Regime Militar. Esta continuidade dos estudos dos filhos de Assentados foi mais uma conquista de muita luta e persistência de algumas famílias e Setor de Educação do MST. Era o desejo de muitos pais que queriam que desse continuidade aos estudos de seus filhos e que fosse no próprio assentamento, uma vez que no mesmo só atendia de 1ª a 4ª séries.

O MST apresenta a proposta de educação, sendo está desenvolvendo a Proposta Pedagógica da Pedagogia Alternância, na qual já estava em execução, por outras Escolas de Assentamento no Espírito Santo e a comunidade aceitou.

Em seguida vieram a discussão onde funcionar, pois até o momento não tinha nenhum prédio escolar disponível. A primeira proposta era de funcionar na Sede do Assentamento, mas o espaço era pequeno e já era ocupado por duas turmas de 1ª a 4ª séries. A comunidade volta a discutir com o Setor de Educação do MST, e juntos concordam em funcionar na localidade denominada Córrego do Meio, pois assim facilitava o acesso para todos os educandos. Neste local tinha uma sala de 50 m<sup>2</sup> com cozinha e 2 banheiros, que já atendia os educandos de 1ª a 4ª séries. Neste local tinha disponível um galpão para armazenamento de cereais (que não funcionava) e uma igreja de estuque. Como a educação é prioridade para comunidade, decidiram começar as atividades nestes locais, com as turmas de 5ª a 7ª séries. E no ano seguinte 1994, iniciou a 1ª turma de 8ª série, mesmo com número pequeno 03 (três) educandos.





*Foto da 1ª Escola 1988*

Para iniciação da proposta pedagógica do MST, foi elaborada em 1988 o Projeto de Educação das Escolas de Assentamentos, sendo desenvolvido e avaliado num período de 10 anos. Sendo o mesmo aprovado pela SEDU.

Após muitas reivindicações da comunidade para construção do prédio escolar o Governo Estadual iniciou uma obra de 300m<sup>2</sup>, mas no ano seguinte foi paralisada ficando somente na base. Então a Comunidade decidiu que a Escola de Alternância deveria ser construída numa área de 20.000 m<sup>2</sup> destinada a INCAPER, que posteriormente foi doada para a EEEF “Três de Maio” que construiu duas salas, sendo uma de 7 x 6m<sup>2</sup>, e outra de 7 x 5 m com dois banheiros uma cozinha e refeitório para atender a necessidade dos educandos. Esta construção foi feita em parceria com a comunidade, subnúcleo de Educação e Prefeitura Municipal de Pedro Canário.

Em 2002, as escolas tiveram mudanças no nome. As escolas primárias passaram de Escolas Pluridocente para Escola Estadual Pluridocente de Ensino Fundamental, e a que atendiam 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> era Escola de 1º Grau, passou a ser chamada Escola Estadual de Ensino Fundamental. Em 2006 a “Três de Maio” junto às outras Escolas se torna o Pólo 2, abrangendo as Escolas “Canudos”, “Che Guevara”. Através dessa junção veio a conquista da coordenação e contratação de uma secretária escolar para atender as necessidades de todas as escolas acima citadas.



*Foto da 2ª Escola 1998*

Em 2008, em mobilização dos Sem Terrinha, fizeram uma ocupação à Prefeitura Municipal de Pedro Canário, com uma pauta de reivindicação e nesta pauta garantimos a construção do Centro de Educação Infantil, que atende a duas turmas de Pré I e Pré II.

Mas a luta pela educação não para por aí, perceberam a necessidade de juntar todas estas salas separadas em um único espaço. A precariedade dos outros prédios escolares forçava a unificação das escolas. Em caráter de urgência, no ano de 2010 tiveram que juntar todas as turmas. Mas, unificaram antes da construção, que permaneceu na planta até 2016.

Os educandos em sua maioria 95% residem no Assentamento, os outros são de fazendas próximas ao Assentamento e comunidade Carapina. Observando as questões sociais das famílias, detectamos que 98 educandos são beneficiários do programa Bolsa Família, que contribuem bastante com as famílias. Outra realidade deste educandos e que os que vivem em fazendas, seus pais são empregados diaristas e os filhos praticamente não tem atividades com o campo, pois não tem a posse da terra.

A luta e a persistência das famílias e comunidade em avançarmos no processo educacional da nossa comunidade, sentíamos lutando e conquistando aos poucos a nossa educação, mas a luta não pode parar, pois precisamos realizar muitas ações para mantermos no campo com uma educação de melhor qualidade e modalidade.



*Foto da atual Escola 2016*

Atualmente, a escola é muito bem vista pela comunidade e circunvizinhanças. Ela consegue dá visibilidade na educação do campo em meio à monocultura da cana de açúcar e eucalipto e ainda se destacar como uma das melhores escolas do município e principalmente do campo e oferta o ensino da modalidade da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, atendendo a 153 crianças e adolescentes, sendo que 94% desse público são moradores do próprio Assentamento, os outros 6% são filhos de empregados de fazendas vizinhas.

Mesmo sendo, todos os moradores oriundos do campo, acostumados a lidar com a agropecuária, como empregados e ao conquistar seu pedaço de terra, alguns não se adaptaram ao tempo do plantio e colheita, pois as necessidades básicas eram bem maior. Com isso, muitos abandonaram e repassaram seus lotes, ou voltaram a trabalhar em fazendas na diária. Outro aspecto cultural importante é a dificuldade em mudar de atividade, quem lidava com a pecuária continua com o pensamento de criar gado em seu lote. O desafio da escola é lidar com estas particularidades e fortalecer a agricultura familiar em todos seus aspectos.

A Escola Três de Maio tem como princípios a Educação do Campo consolidada numa estreita relação entre a realidade de vida dos trabalhadores. Adota referencial teórico marxista e elementos da pedagogia popular, apontando a “luta social” e a “organização coletiva” como eixos formativos. O pensamento de Marx aponta para a emancipação das classes populares e a formação do ser integral, na medida em que afirma a necessidade de superar as relações de dominação e a formação unilateral baseada no modo de produção capitalista. Assim orientada, a Educação do Campo assume características de uma educação de classe em vista de seu empoderamento.

*Na abertura do primeiro capítulo do Manifesto Comunista, Karl Marx e Friedrich Engels afirmam: “A história de todas as*

*sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (2007:40).*

Um dos elementos metodológicos centrais da Educação do Campo é a **pedagogia da alternância**, caracterizada pelo revezamento de atividades formativas no âmbito escolar e outras desenvolvidas na propriedade e na comunidade de origem do aluno. Na década de 1960, a pedagogia da alternância chega no Brasil, nas Escolas Família Agrícolas (EFAs) e, a partir dos anos 1990, também nas denominadas Casas Familiares Rurais (CFRs). Sua proposta pedagógica possibilita a relação intrínseca entre conhecimento científico e conhecimento tácito, propiciando uma completa relação teórico/prática, o que permite ao jovem ter a oportunidade de emancipação e/ou permanência no campo, se assim o desejar.

A pedagogia da alternância tem por objetivo possibilitar formação científica, tecnológica e humana aos jovens do campo sem que abandonem seu trabalho e ambiente de vida. A pedagogia da alternância, com seu estatuto popular e integrador das diversas dimensões da vida humana, se contrapõe à pedagogia tecnicista impulsionada no Brasil durante a ditadura militar. Para Saviani (2007, p. 379), a pedagogia tecnicista está baseada “no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade”.

A pedagogia da alternância, por sua vez, não só alterna metodologicamente tempo escola e tempo comunidade, mas também se constitui em uma proposta alternativa do ponto de vista político-pedagógico, incorporando aspectos das chamadas pedagogia libertadora, histórico-crítica e emancipatória, que tem como referência maior a obra de Paulo Freire. A Pedagogia Crítica recusa a tese da neutralidade do conhecimento, da escola e da formação. Propugna a educação como um processo político, “*não apenas porque contém uma mensagem política ou trata de tópicos políticos de ocasião, mas também porque é produzida e situada em um complexo de relações políticas e sociais das quais não pode ser abstraída*” (GIROUX, 1997, p. 88).

A Educação do Campo procura entender como se dão as relações de poder econômico, político, cultural e social. Além disso, empenha-se na superação de pressupostos epistemológicos e ideológicos que dão sustentação e reproduzem a lógica capitalista. Desse modo, a referida escola se orienta no fortalecimento da cidadania dos indivíduos e grupos historicamente desfavorecidos da sociedade. E, para alcançar esses objetivos, considera indispensável à formação de educadores críticos ou “*intelectuais orgânicos*”, como denomina Gramsci, referindo-se aos intelectuais que se conectam as lutas políticas e culturais dos subalternos.

*A partir do momento em que um grupo subalterno se torna realmente autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado, nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, ou seja, um novo tipo de sociedade e, portanto, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as*



*armas ideológicas mais sofisticadas e decisivas. (GRAMSCI, apud SEMERARO, 2001,p.169)*

A perspectiva crítico-emancipadora busca articular de forma indissociável a teoria e a prática, entendendo a formação como condição da possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária. A educação popular emerge enquanto “pedagogia do oprimido” e se expressa como “prática da liberdade”, “pedagogia da autonomia”, “pedagogia da esperança”, contrapondo-se à “educação bancária”, alienante, domesticadora, opressora e colonialista (FREIRE, 1975). Ela se firma enquanto teoria que elucida a realidade e como prática política de intervenção no mundo. Neste sentido Freire (1975, p.26), aponta para um ensino que cria as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção, pois a educação é um exercício dialógico, um ato político, um processo contínuo e sempre inacabado.

Além de resgatar e ressignificar elementos epistemológicos e metodológicos importantes da educação popular, a Educação do Campo põe no centro desse processo os sujeitos coletivos, os movimentos sociais que, com sua firme resistência ao modelo neoliberal, contribuem com a construção de um projeto popular para o país. Estabelece-se, dessa maneira, uma relação indissociável entre educação, escola, política, classe social, cultura e projeto de sociedade. A Educação do Campo também evoca a necessidade do diálogo, da interação, da transdisciplinaridade ou, como formula Boaventura de Sousa Santos, da ecologia de saberes, que trata do [...] *conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer. Assentam-se em dois pressupostos: 1) não há epistemologias neutras e as que clamam sê-lo são as menos neutras; 2) a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais. Quando falo de ecologia de saberes, entendo-a como ecologia de prática de saberes (SANTOS, 2008, p.154).*

Na alternância, a formação integral, é concebida como um processo de aprendizagem no currículo, cuja concepção, visa desenvolver nas pessoas suas várias dimensões e a interação com as diversas formas de saberes e ensino. Gimonet (200, p. 120) chama de alternância integrativa, ou alternância real “[...] *Esta não se limita a uma sucessão de tempos de formação teoria e prática, mas realiza uma estreita conexão, interação entre os dois, além de uma reflexão sobre a experiência*”. Portanto, concebemos como pedagogia da alternância uma proposta educacional que tem como intencionalidade pedagógica a formação integral do alternante e a sua convivência com o meio em que vive, sendo capaz de refletir sobre sua realidade e interferir na mesma.

Nesta concepção, a realidade vivida pelos estudantes e suas comunidades é objeto central na formação, ou seja, o tempo comunidade determina a organização curricular do tempo escola. No que tange a formação, a pedagogia da alternância baseia-se em valores humanos, levando em consideração a dialética de teoria e prática,

respeitando a pessoa como um ser único com tempo e processo de aprendizagem diferenciado, valorizando a diversidade de saberes e a cultura camponesa.

*Uma vinculação efetiva dos tempos e espaços alternados, em uma unidade de tempo formativo, não se tratando de mera sucessão de tempos teóricos e tempos práticos (SILVA, 2000; 2003).*

No processo de formação da pedagogia da alternância o papel desenvolvido por cada membro é muito importante. Dentre eles, destacamos o estudante, as famílias, a comunidade e os educadores. O estudante é sujeito e autor da formação. Ele é agente de articulação dos dois tempos formativos, estando presente nos espaços escolar, familiar e comunitário, como pesquisador dos processos e relações que são construídas nesse meio. É junto com os demais membros da comunidade, protagonista de ações que interferem na realidade na qual está inserido. As famílias possuem na pedagogia da alternância uma função primordial no processo de aprendizagem dos estudantes. Elas estão presentes e atuantes na construção da identidade dos mesmos. Os familiares interagem com a escola no processo de formação dos estudantes a partir dos diversos saberes socialmente construídos. A comunidade é o espaço físico de vivência. Nela os estudantes poderão colocar em prática os conhecimentos adquiridos na escola. Esta é uma fonte de conhecimentos, ou seja, é na família e na comunidade que os estudantes recebem as primeiras noções de educação, cultura e sociabilidade.

O processo de formação por alternância, começa na comunidade através de pesquisa e investigação, passando depois pela escola como espaço para reflexões a partir das diversas teorias e retorna para a comunidade por meio de intervenções, novos questionamentos e novas pesquisas. O educador/monitor tem o papel de agente catalisador de potencialidades. Sua principal função é motivar a aprendizagem, através da pesquisa e investigação da realidade. Dessa forma, ensina as teorias, proporcionando ao estudante o autoconhecimento, a história de sua comunidade e do seu país, bem como, as contradições e conflitos no contexto mundial e nacional, que possa repercutir na realidade local, visando planejar estratégias para uma possível intervenção no meio. Ele é um educador que tem papéis múltiplos no processo de formação. A alternância exige da equipe docente, habilidades diversas, entre elas, conhecimento dos ambientes sócios profissionais, presença e vivência no terreno profissional dos alternantes e uma formação pedagógica específica, seguida de um aperfeiçoamento contínuo.

Para dar sustentação ao trabalho desenvolvido no Assentamento, a organização foi fundamental para fortalecer essa nova experiência. Foi constituída uma equipe denominada Equipe de Apoio composta por representantes das entidades que davam apoio ao Movimento: Comissão Pastoral da Terra, Sindicatos (Combativos), Igrejas, Escolas Famílias Agrícolas, MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo) e Comissão dos Assentados e Pais.

Com o decorrer do tempo, a proposta inicial de educação se tornou realidade. Como em outros estados o MST já desenvolvia algumas experiências alternativas.

Surgiu então a necessidade de colocar em comum o que se fazia dentro de outras escolas em outros estados onde o Movimento estava se organizando. Neste sentido foi proposto a realização de um Seminário para colocar em comum estas experiências. Este Seminário aconteceu em julho de 1990 no município de São Mateus, com o tema central: “O que queremos com as Escolas dos Assentamentos”. Mais de sete estados participaram deste seminário. Neste seminário foram propostas várias linhas políticas onde se definiu os objetivos e os princípios norteadores das escolas dos assentamentos no Brasil.

A elaboração teórica dos princípios filosóficos e pedagógicos da educação do MST foram sistematizadas a partir das discussões que envolviam famílias, educandos e educadores, utilizando o diálogo através da organicidade do trabalho. Esta organicidade estava estruturada da seguinte forma: cada escola indicava dois participantes para formar o Setor Regional que indicava dois representantes para o setor estadual. O Setor Estadual indicava dois representantes para o setor nacional. O setor estadual tinha a tarefa de orientar, proporcionar a formação político pedagógica dos educadores e educadoras, educandos e educandas, famílias e comunidades em áreas de reforma agrária MST/ES, fazendo intercâmbio entre os órgãos governamentais e os Assentamentos. Para avançar nas proposições era necessário garantir a elaboração de materiais para subsídio das escolas e da organização, partindo do acúmulo de experiências desenvolvidas nas referidas escolas.

## OS INSTRUMENTOS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL E O DESENVOLVIMENTO DO MEIO.

O plano de formação na pedagogia da alternância possibilita a organização do tempo escola e do tempo comunidade, na perspectiva da formação integral e do desenvolvimento comunitário. Este é organizado a partir das demandas e vivências trazidas pelos estudantes e suas comunidades. Portanto, visa pensar quais teorias ajudam a compreender as contradições da realidade vivida e quais ações necessitam ser desenvolvidas pelos estudantes na comunidade, como:

### a) **Plano de estudo**

possibilidades de contribuir para o desenvolvimento social, político, econômico, cultural, entre outros, bem como, na relação homem/natureza/produção de maneira sustentável. Para organizar didaticamente a formação, a alternância lança mão de um conjunto de instrumentos.

De acordo com Santos (2004), os instrumentos pedagógicos da alternância são classificados em instrumentos de pesquisa (plano de estudo, folha de observação e estágio), instrumentos e atividades de comunicação (colocação em comum, tutoria, caderno de acompanhamento da alternância, visita à família e comunidade),

instrumentos didáticos (visitas e viagens de estudo, serão de estudo, intervenções externas, cadernos didáticos, atividade de retorno, experiências e projeto profissional) e instrumentos de avaliação (avaliação semanal e avaliação formativa).

Para melhor compreensão, segue cada um dos instrumentos e sua contribuição no processo de formação integral dos estudantes e do desenvolvimento das comunidades das quais fazem parte, segundo os documentos dos CEFFAs: É um instrumento de pesquisa/investigação da realidade. Através deste, o estudante aprende a desenvolver um olhar investigativo sobre a realidade local e global, possibilitando descobrir quais são as contradições, dificuldades e potencialidades de sua comunidade. Visando construir estratégias de fortalecimento das potencialidades e colocá-las a serviço da superação das dificuldades que foram apontadas pela pesquisa.

**b) Folha de observação**

“É um instrumento utilizado como suporte ao plano de estudo” (Ibid, p.30). Nesta, os estudantes fazem anotações fundamentais para aprofundar algum conteúdo específico que não fora analisado no plano de estudo. O monitor é quem prepara as questões, e as direciona de acordo com a temática a ser pesquisada e aprofundada pelo alternante.

**c) Atividade de pesquisa e reflexão**

Cuja temática é demarcada pelo professor, tem como objetivo a pesquisa durante o tempo comunidade. A apresentação da pesquisa e partilha da experiência é feita na escola, para toda a turma. Assim, os alternantes sociabilizam os conhecimentos adquiridos a partir da pesquisa.

**d) Estágio**

É uma ferramenta dinâmica, cujo objetivo é fazer interação entre as diversas áreas do saber. Portanto, é denominado de estágio informativo e orientativo. O primeiro permite aos estudantes ampliarem os conhecimentos além do espaço EFA. Isto é, a partir do contato com culturas diferentes daquelas vividas na escola ou na própria comunidade. O estágio orientativo, permite que os estudantes façam uma experiência concreta da área profissional que deseja atuar no futuro. O estágio orientativo permite aos alternantes desenvolver uma consciência da dimensão social do trabalho. A colocação em comum é um momento de partilha de conhecimentos entre os estudantes e os educadores. Segundo Santos (Ibid. p. 32), ela ocorre em três momentos, “A descrição dos fatos observados na realidade pesquisada, a análise desses fatos em função da demanda da realidade e uma tomada de consciência para planejar uma ação e/ou intervenção”. Assim, podemos afirmar que a colocação em comum trabalha: a dimensão cognitiva e educativa dos estudantes possibilitando-os uma formação integral.

**e) Tutoria**

Consiste em um acompanhamento personalizado ou de pequenos grupos. Por intermédio dela, “o professor pode perceber quais aspectos da educação precisam ser mais aprofundados com o estudante, ou com o grupo” (Ibid, p. 32). Ajudando-os no



processo de formação integral, interagindo o conhecimento teórico com o saber prático da realidade cultural da família e da comunidade.

**f) Caderno de acompanhamento**

Os estudantes fazem as anotações de suas experiências formativas no âmbito escolar, espaço comunitário, e, através dos passeios. Essas anotações permitem aos pais e aos monitores fazerem uma avaliação efetiva, intervindo diretamente nas demandas, nas necessidades a serem melhoradas e no processo de aprendizagem. A leitura do caderno de acompanhamento da alternância varia de acordo com a sessão de cada EFA, que pode ser semanal ou quinzenal.

**g) Visita à família e comunidade**

É um instrumento primordial na dinâmica de formação dos estudantes, ambas são as primeiras a oferecer os meios necessários para uma formação integrada. Na visita familiar e comunitária, os estudantes aprimoram sua aprendizagem do espaço e tempo escolar. As visitas e viagens de estudo são atividades pedagógicas formativas, essencial no tempo de aprendizagem da EFA. Envolvem a participação de pais, educadores e estudantes. Um aspecto primordial das visitas e viagens de estudo é a troca de experiências de vida e aprendizagem de outras comunidades. Para tanto, as visitas e viagens de estudos devem estar relacionadas com o plano de estudo, ou seja, de acordo com o tema que está sendo trabalhado. No que tange ao serão de estudo, esse tem como finalidade proporcionar espaços de reflexão e manifestações da cultura camponesa. A título de exemplo, o serão de estudo pode ser através de apresentações teatrais, folclóricas, músicas, filmes, palestras, dança de capoeira e concurso de poesias, dentre outros. O serão de estudo ocorre no período da noite, e sua configuração, não precisa ser de acordo com a temática do plano de estudo.

**h) Caderno didático**

Este tem como objetivo manter os estudantes sempre atualizados. É construído com a temática do plano de estudo e leva em conta a realidade e necessidade de cada turma. Um aspecto positivo do caderno didático é a utilização desse material como fonte de pesquisa. Neste caderno, contém anotações da experiência familiar e da realidade da comunidade.

**i) Atividade de retorno/experiência**

É um instrumento que tem como objetivo socializar, o conhecimento adquirido a partir do plano de estudo. A dinâmica de apresentação deste começa no espaço e tempo escolar, posteriormente abrange a família e comunidade. A partilha do conhecimento pode ocorrer através de palestras, ou mediante a intervenção prática. Por exemplo, preparar ração para animais pelo método fenação.

**j) Projeto profissional dos estudantes**

Objetiva a inserção no mundo do trabalho, o fortalecimento da agricultura camponesa, e a sustentabilidade ambiental. Assim, os estudantes poderão fazer uma

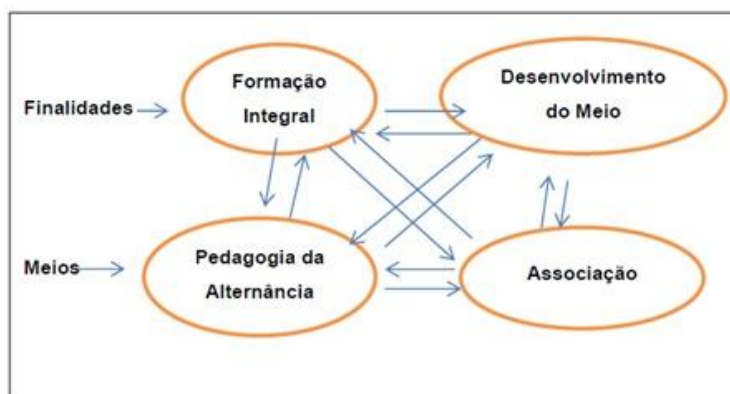
auto-avaliação, conhecendo a si mesmo e a sua realidade, identificar as potencialidades do meio sócio profissional familiar e traçar metas pessoais, familiar e profissional.

### 1) **Caderno da realidade**

Possibilita ao estudante sistematizar a pesquisa, avaliar a aprendizagem, rever todas as atividades do plano de estudo, anotar a história da família, do meio onde vive, dentre outros. É um instrumento que possibilita uma tomada de consciência do processo de aprendizagem, construído no tempo comunidade e no tempo escola.

Os instrumentos da pedagogia da alternância se consolidada como ferramenta pedagógica importante na formação integral dos sujeitos do campo, pois é possível uma reflexão sobre os estudos apresentados, assim podemos definir que essa metodologia de ensino promove um enlace entre trabalho desenvolvido na propriedade e o conhecimento teórico adquirido, valorizando a experiência do aluno numa interação entre escola, família e comunidade, utilizando a interdisciplinaridade e os eixos temáticos no processo de aprendizagem. Assim, proporciona uma educação com formação integral que respeita as peculiaridades regionais, valorizando a história do homem do campo, sua cultura e valores.

A Pedagogia da Alternância mira a formação integral dos jovens para contribuir com o desenvolvimento do meio rural. Para tanto, os jovens precisam tanto dos conhecimentos teóricos e científicos como dos conhecimentos práticos que envolvem o seu meio e de uma formação humana para assumir a responsabilidade em todos os aspectos da vida coletiva. Segundo Jean Claude Gimonet,(2007, p.15) baseia-se em quatro pressupostos: o desenvolvimento do meio, a formação integral do educando, a associação de pais e a Pedagogia da Alternância. Estes quatro elementos, chamados pelo autor de “pilares” da Pedagogia. Esses pilares não poderiam ser desenvolvidos de forma isolada. Ao contrário, o bom funcionamento de um CEFFA e, conseqüentemente da Pedagogia da Alternância, só é possível por meio de uma ação que tenha por base uma articulação entre esses elementos, como demonstra o esquema abaixo:



Fonte: GIMONET, 2007, p. 15

Esse modelo pedagógico só pode ser posto em prática por meio da construção de um vasto número de relações sociais, muito mais amplas do que aquelas de aluno-professor. Seria uma “pedagogia da partilha” na qual educandos, monitores, pais, mestres de estágios, ex-alunos e membros da associação formam parcerias que tornam viáveis não somente o funcionamento da escola, como também a aplicação dos princípios pedagógicos dessa metodologia - rede complexa de relações (GIMONET 2007,p. 81).

## **HISTÓRIA DA DEMANDA E ESTRATÉGIA DE ACESSO**

Por volta dos anos de 1970 com o avanço do capitalismo no campo, os trabalhadores e trabalhadoras Rurais foram obrigados a deixarem a terra e migraram para as periferias das grandes cidades e vilas, formando um grande contingente de assalariados rurais e subempregados vivendo em condições precárias e subumanas.

Na tentativa de buscar saída para mudar a realidade que ora viviam, começaram a se organizar em grupos para discutirem quais as formas de se exigir do governo o cumprimento da lei estabelecida em relação à Reforma Agrária, através do Estatuto da Terra.

Em 1984 surgiram os primeiros assentamentos de Trabalhadores Rurais do Espírito Santo. A forma da conquista da terra ocorreu através de reivindicação e negociação entre os Sindicatos (Combativos) e o governo do estado via secretaria da agricultura. Estes Assentamentos se localizavam no norte do estado. Antes de serem assentados, os trabalhadores já debatiam pontos importantes em relação à organização da comunidade entre eles a educação.

Eram homens e mulheres de mãos calejadas, com o olhar sempre voltado para o horizonte real, mas ainda distante, que começava a discutir o acesso à terra. Naquela época o termo Reforma Agrária, Emprego e Justiça ainda não estavam tão badalados no íntimo destes bravos guerreiros, mas motivados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Igrejas (CEBs) e o então nascente Movimento dos Sem Terra (MST), os trabalhadores e trabalhadoras rurais viram a possibilidade de construção de uma nova história que marcou a década de 80, especificamente o norte do estado do Espírito Santo: a luta pela Reforma Agrária. O meio rural capixaba jamais seria o mesmo. A concretização veio forma lenta, mas gradualmente foi demarcando o seu espaço, ocupando vários pontos do Norte do Estado: Jaguaré, São Mateus, Pedro Canário, Pinheiros, Nova Venécia e assim por diante.

Na madrugada calma e fria do dia 22 de setembro de 1986, 650 famílias provenientes dos municípios do norte do estado, com grande determinação, levando no rosto o desejo ardente e o grito que ecoava pela região - “REFORMA AGRÁRIA JÁ, TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA”, acontecia uma grande ocupação, na

fazenda Fonibra no km 41 (município de São Mateus) realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra – MST.

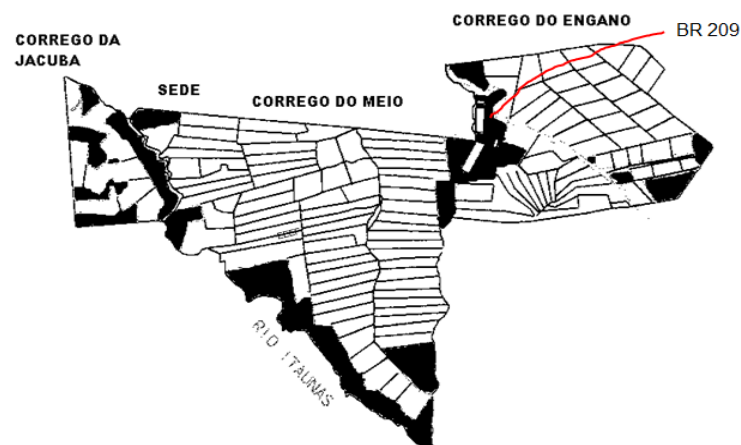
No final de 1986 e início de 1987, aguardando a emissão de posse de áreas já desapropriadas pelo governo, os trabalhadores e trabalhadoras organizados e com apoio de muitas comunidades e entidades simpatizantes desta luta, teve que se dividir, pela grande quantidade de acampados e capacidade de suporte das fazendas abaixo da demanda, dando origem aos assentamentos Pip-Nuck, localizado em Nova Venécia, Rio Quartel em Linhares e mais tarde, o Assentamento Castro Alves – Pedro Canário.

Neste período da história, várias famílias foram deslocadas para as margens da Rodovia que liga Pedro Canário à Nanuque/Cristal do Norte. Vale salientar que as demais famílias ficaram esperando para serem assentadas no município de São Mateus, e permaneceram acampadas no km 41, onde se localiza o atual Assentamento Pratinha.

Na madrugada de 04 de dezembro de 1987, cerca de 400 famílias ocuparam a Fazenda Escardine, em Nova Venécia. Houve confronto com o batalhão local, várias famílias ficaram detidas nas delegacias municipais e muitos transtornos aconteceram. No entanto, todo esse barulho repressivo não foi suficiente para tirar dos trabalhadores e trabalhadoras o desejo de conquistar a terra. Continuaram organizados e com o mesmo ânimo. Nesse momento, já acampados ao lado da Fazenda Castro Alves, a qual só criava gado - o assentamento manteve-se com o mesmo nome.

O Assentamento Castro Alves é a concretização dessa reforma agrária como viabilidade e permanência do homem do campo. A trajetória de vida desses trabalhadores rurais sempre marcada por grandes desafios, uma constante luta pela terra, pela sobrevivência e pela educação.

## ASSENTAMENTO CASTRO ALVES



*Figura do Assentamento Castro Alves*



A repressão política e policial ocorria a todo o momento. Com o sonho já perto de se tornar real, em 25 de abril de 1988, foi publicado no Diário Oficial a emissão de posse para os sem terra. E em 03 de Maio de 1988 numa área de 1.503,4 hectares sobre o qual foi desapropriado pelo INCRA, e criado imediatamente o projeto de Assentamento. Os trabalhadores e trabalhadoras vibraram de alegria, pois tinham conquistado a terra. Dando prosseguimento à batalha os trabalhadores (as), organizados pelo MST, acampados e militantes da Reforma Agrária com ferramentas de trabalho, entre elas foices, facões e enxadas, derrubaram a cerca de mais um latifúndio e plantaram a bandeira da Reforma Agrária: a histórica bandeira vermelha que os acompanha através das constantes lutas contribui na concretização de parte de seus sonhos.

No acampamento as famílias se organizavam em grupos para construção de barracas, vigília, etc., os acampados tinham visão de trabalho coletivo. Depois que passou a ser assentamento estavam bem organizados. O processo de transição para o assentamento foi com muita alegria. chegaram à meia noite, uns ajudando os outros e passaram a morar em barracos à beira de córregos e de estradas. A área era formada de matas e pastagens, a situação era difícil porque não tinham moradas fixas e ainda não tinham lavouras.

Por entender que a Reforma Agrária não é só o acesso à terra, mas sim um conjunto de medidas que garante vida digna, farta, saúde, educação, crédito e a verdadeira transformação social, os Sem Terra continuaram firmes e irmanados no trabalho. Ainda em 1988 com o novo jeito de compreender a educação dos filhos começaram as aulas de 1ª a 4ª séries, todas as crianças na escola, com muita dificuldade, pela falta de estrutura física e vontade política dos governantes, mas não desistiram. Os sem terra sofreram muitas ameaças, mas continuaram firmes, organizaram as comissões internas e debaixo de uma barraca de lona preta e palha, iniciaram as aulas às crianças acampadas, marcando o início da educação em quatro Escolas de 1ª a 4ª séries. Sendo “Che Guevara, Canudos, Zumbi dos Palmares e Coluna Prestes”, sendo que a última foi desativada em dezembro de 1999, por haver poucas crianças na localidade.

Percebendo a importância da produção organizada, em 02 de abril de 1989, aconteceu a fundação da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Três de Maio, sendo a primeira organização interna que representaria seus assentados.

Em 1993, já possuindo as Escolas primárias, percebendo que os filhos cresciam e não mais podiam continuar estudando a série anterior, foi criada a EEEF “Três de Maio II” para atender as series finais do Ensino Fundamental. Dessa forma foram realizadas amplas discussões de avaliação e planejamento, pois precisavam de uma escola com o primeiro grau completo, dando continuidade a um grande desafio: o de construir uma escola com estrutura descente em que educandos, educadores, pais e comunidade pudessem se sentir orgulhosos, pois, nos acampamento e assentamentos, a escola continua sendo de fato, um direito de todos (na lei ou na marra).

De posse dessas convicções, os anos 1995 a 1997 foram marcantes, pois o MST surpreendeu mais uma vez ao constatar que nas escolas havia muitos técnicos em agropecuária vindos de Escolas Famílias e que o sistema educacional proposto pelas escolas dos assentamentos iam além do tecnicismo. Além de trabalhar a terra, era preciso pensar a terra, as estruturas sociais, políticas, econômicas, geográficas, coloniais, culturais enfim, uma educação integral, conduzida pelos professores assentados e/ou ligados direta e/ou indiretamente aos ideais do MST. Foi pensando assim, que surgiu a 1ª turma do Magistério Rural. Os professores das Escolas dos Assentamentos estavam fazendo o curso de formação para ampliar a sua atuação e desse modo, resolver uma velha questão: a qualificação educacional do professor e da professora do Assentamento. Portanto, foi implantado esse curso no CIDAP no ano de (1998). Dando continuidade à realização dos sonhos de Reforma Agrária, no dia 19 de janeiro de 1997, foi realizada a fundação da 1º Cooperativa Regional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Agropecuário, COOPLANTE, também neste período chega a energia elétrica como projeto para todos.

Durante todo o período aconteceram muitas jornadas de lutas, ocupações na Sede do INCRA e em fazendas improdutivas, manifestações, caminhadas, romarias, greve de fome, Marchas pela Reforma Agrária, emprego e justiça. A luta seguia adiante. Ao mesmo tempo, a terra era banhada pelo sangue de bravos e importantes companheiros sindicalistas, militantes do PT, que por defender a luta por reforma agrária, foram covardemente assassinados por jagunços e pistoleiros, a mando de grupos de fazendeiros da região norte. Foram assassinados Valdício Barbosa (Léo) – Pedro Canário, Paulo Vinhas – Linhares, Verino Sossai – Montanha e Francisco Domingos Ramos – Pancas, mas com certeza continuaram presentes na vontade de transformação, na defesa da democracia, na luta pela liberdade, na justiça social, na distribuição de renda e na reforma agrária. Conseguiram a terra, embora algumas lideranças tiveram que doar sua própria vida.

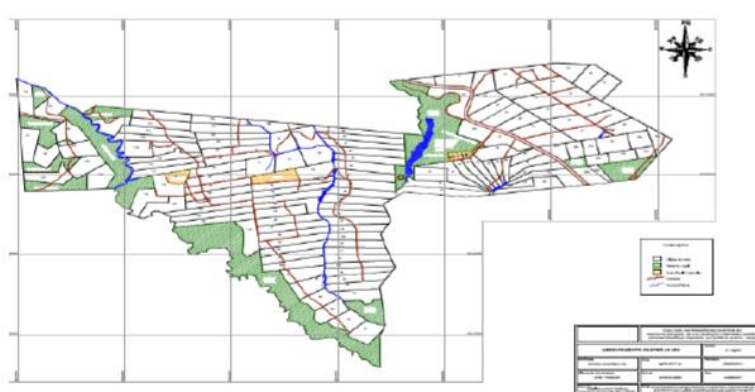
De 1997 a 2000 acessam os créditos, proporcionando aos assentados mais garantia de melhoria de vida chega a energia elétrica, mas também junto ao crédito a inadimplência. A Cooplane não foi à frente, afetando as expectativas dos assentados, que objetivava garantir e fortalecer a organização da produção e comercialização agrícola.

Ainda no ano de 2000 o MST com sua ousadia revolucionária implantou o curso de 3º grau - Pedagogia da Terra, para educadores/as de assentamentos de diversos Estados: ES, RN, MG, SE e BA. No início de 2003 a 2º turma é novamente organizada, com intuito de prosseguir a luta pedagógica com melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem dos agricultores/as, sendo que esta turma contou com a participação de outras entidades importantes como o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, as Escolas Comunitárias, o Movimento Promocional do Espírito Santo - MEPES e a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Como as crianças entre 04 a 06 anos não poderiam ficar de fora, em 2002 foi implantado, no assentamento, 02 turmas da Educação Infantil, em parceria com a Prefeitura Municipal e comunidade local, também foi criado o curso de suplência de 5º a 8º séries. “Em 2007, criou o Pólo Três de Maio” juntando os educandos das três escolas em “Canudos”.


Atualmente, algumas famílias consideram que a atual organização do assentamento está boa, porque ocorreram mudanças como a construção de casas, escola de qualidade, além de outras infraestruturas. Por outro lado, aumenta o individualismo e a desorganização. Assim, o assentamento precisa melhorar a condição de trabalho, colaboração, atividades para os jovens, respeito e convívio com as pessoas, agricultura familiar, telefone e recuperação de máquinas. Percebemos que nestes últimos anos algumas famílias, estão se mobilizando em grupos para produzir, comercializar e criando novas associações, exemplo do grupo de mulheres que teve a premiação "Mulheres que produzem Brasil sustentável".

Nestes 30 anos de conquista do Assentamento temos uma população de 775 habitantes, no qual habitam em 254 moradias, mas apenas 125 famílias são cadastradas). Percebemos que muitas coisas melhoraram, vejamos que a produção tem si diversificado mais, mas predomina o café e a pimenta do reino, envolvendo mais de 100 famílias, mas carecem de aspectos organizativos e produtivos. No campo político estamos nos sentindo abandonados, desde do poder público local ao Nacional.



*Mapa do assentamento Castro Alves*  
*Fonte: arquivo digital da escola Três de Maio.*

## LINHA DO TEMPO

FOTO	ANO	FATO MARCANTE
	1988	Surgimento do Assentamento Castro Alves
	1989	Fundação da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Três de Maio
	1989	Criação da EEEF - Três de Maio II
	2000	Apresentação do TCC, pelos educandos do 9º ano.



	<p>2002</p>	<p>Implantação de 02 turmas da Educação Infantil</p>
	<p>2007</p>	<p>Criação do Pólo Três de Maio</p>
	<p>2019</p>	<p>Conclusão do Ano letivo, com os Educandos da Educação Infantil e do 9º ano do Fundamental</p>

## ASPECTOS LEGAIS DO ACESSO E CONTROLE DA TERRA, CONFLITOS, OUTROS ATORES

Para o professor Gerlan Barbosa, em seu trabalho de conclusão de curso, a construção da identidade camponesa e sua valorização ao longo da história brasileira, incluindo a educação escolar, foram marcadas por descaso e discriminação pela elite dominante do país. Assim, o homem do campo pouco tem valor e isso impregna no senso comum a ideia de que o campo significa “lugar de atraso” e sabe-se que a cultura camponesa sempre foi dotada de conhecimentos populares que enriqueceram outros estudos. A educação no meio rural sempre foi negligenciada e esquecida diante de uma realidade na qual o campo era visto como um espaço precário, de retrocesso agrário e social. Segundo Rocha (2011, p. 01):

*O modelo de desenvolvimento implementado no campo brasileiro foi tão excludente que marca até hoje o modelo de educação adotado no Brasil. A escola brasileira, de 1500 até o início do século XX, serviu e serve para atender as elites, sendo inacessível para grande parte da população rural. Para as elites do Brasil agrário, as mulheres, indígenas, negros (as) e trabalhadores(as)*

*rurais não precisavam aprender a ler e escrever, pois para desenvolver o trabalho agrícola o letramento era desnecessário.*

A educação no meio rural, sempre esteve atrelada ao sistema de produção capitalista, que tinha no latifúndio as suas bases. O camponês para trabalhar a terra não necessitava saber ler” (Moura 2009, p. 54). Mas, pelo contrário:

*O campo não é atraso, é história vivida. A escola do campo deve ser pensada para que seja viva, e interaja com o lugar e seus sujeitos. Para que a escola do campo seja viva, ela deve ser construída por sua comunidade, pensada para ajudar no processo de desenvolvimento social, para manter a cultura, a raiz e a história daquele lugar. Essa escola deve formar sujeitos participantes e capazes de construir seu próprio caminho, buscando seus direitos e lutando para serem cidadãos do campo (Wizniewsky 2010, p. 33).*

Isto porque o campo possui simbologias significativas e diferenciadas, com diversidade cultural, étnica, racial e, principalmente, múltiplas gerações que ao longo do tempo vão recriando os saberes.

O movimento da Educação do Campo tem intensificado suas lutas por uma educação melhor e de qualidade desde 1997 com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), fruto da luta dos movimentos sociais do campo por uma educação pública de qualidade para todos. Assim, esse movimento vem mostrando o seu papel e sua importância na luta junto aos camponeses, pois se propõe a romper com o modelo de educação determinista que tem a prescrição e narração de conteúdos como métodos, tratando os sujeitos envolvidos no processo educativo, como recipientes que devem ser preenchidos de conteúdos (FREIRE, 2011).

É preciso essa interação (escola e o trabalho) para a formação de uma concepção de mundo. Tanto o mais primitivo como o menos qualificado devem constituir a base de um novo tipo de intelectual. O tratamento dado a estes eixos – trabalho, cultura, ciência – aponta para uma integração plena, onde cada eixo implica necessariamente a incorporação dos outros. Assim, podemos entender que a indissociabilidade entre ciência, cultura e trabalho é necessária, em toda proposta pedagógica que pretende uma formação unitária.

Duarte (2008, p.37) destaca que é obrigação do Estado assegurar políticas diferenciadas para garantir o acesso à educação, aos grupos sociais com maior dificuldade. Desta forma, o movimento em defesa de uma Educação do Campo, (que não se restringe simplesmente à busca por educação de qualidade) não busca privilégios e regalias para os povos camponeses, mas a efetivação de direitos universais negados historicamente. Assim “a garantia de acesso diferenciado à educação não é um privilégio, mas sim uma política que pode ser justificada racionalmente a partir de uma situação de desigualdade” (DUARTE, 2008, p 37).

É importante salientar que a Educação do Campo não se propõe a transformar os opressores de hoje nos oprimidos de amanhã e os oprimidos de hoje nos opressores do futuro, mas almeja justamente a construção de uma sociedade sem sobreposição de classe (FREIRE, 1975. Portanto, bem como enunciado acima, a Educação do Campo defende um modelo pedagógico libertador, que desenvolva a criticidade, tornando os sujeitos capazes de compreender o contexto e determinações históricas em que estão inseridos e que são capazes de mudar a situação em que vivem. Ou seja, possibilitar a compreensão de que são e podem ser construtores de sua própria história.



**BRASIL**

Com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das escolas do campo (PARECER nº. 36 de 2001 e a RESOLUÇÃO nº. 01 da CÂMARA de EDUCAÇÃO BÁSICA do CONSELHO NACIONAL de EDUCAÇÃO) as normas e critérios políticos, pedagógicos, administrativos e financeiros, ofereceram fundamentos legais e orienta a organização das escolas do campo e, cujas regras devem ser regulamentadas pelo Sistema de Ensino Municipal, Estadual e Federal na Educação Básica (BRASIL, 2001).

As Diretrizes Operacionais têm como pretensão universalizar a educação básica e a educação profissional com qualidade social, ao considerar a importância dessa educação para o desenvolvimento social, “economicamente justo e ecologicamente sustentável”. Essa questão é reforçada ao se proporem mecanismos de “gestão democrática” através do controle social pela “efetiva participação da comunidade do campo” na escola, instrumentalizada pelo projeto político-pedagógico da escola e pela participação da comunidade em Conselhos escolares ou equivalentes, conforme o artigo 10 das Diretrizes Operacionais e artigo 14 da LDB (BRASIL/MEC, RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 1/ 2002 ; BRASIL/ LDB nº 9394/1996).

Ao lado dessas Diretrizes Operacionais, o movimento denominado inicialmente de “Por Uma Educação Básica do Campo” e sendo alterado a partir dos debates realizados, na II Conferência Nacional de Educação do Campo, em 2002, para “Por Uma Educação do Campo”, são conquistas importantes para o conjunto das organizações de trabalhadores e trabalhadoras do campo, no âmbito da luta por políticas públicas, na medida em que introduziu a educação do campo na agenda de lutas e de trabalho de um número cada vez maior de movimentos sociais e sindicais desses trabalhadores, o que vem pressionando sua inclusão na agenda de alguns governos municipais, estaduais e também na agenda do governo federal. Este movimento busca afirmar a necessidade de uma educação que extrapole o nível da escola formal, conforme é explicitado por Caldart (2004, p.16): “temos direito ao conjunto de processos formativos já constituídos pela humanidade; e que o direito à escola pública do campo, pela qual lutamos, compreende da educação infantil à Universidade”.

A proposta “Por Uma Educação do Campo” se constitui em uma luta dos povos do campo por políticas públicas que assegurem o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo, segundo Caldart (2004, p149): “No: o povo tem direito a ser educado onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. A perspectiva da luta dos povos do campo por educação ocorre no campo das políticas públicas, porque busca universalizar o acesso de todo o povo à educação, porém uma educação de qualidade, uma educação que forme pessoas como “sujeitos de direito”.

Nesse sentido, o Ministério da Educação passou a preocupar-se em equacionar uma agenda específica para a educação do campo. Assim, com muitas lutas e união dos movimentos sociais do campo, avança a consciência da necessidade de política pública para a educação do campo. Reafirmamos que os movimentos sociais organizados do campo continuam na luta pela consolidação de uma educação do campo de qualidade que respeite as especificidades dos povos camponeses bem como todo o seu ambiente sociocultural e produtivo.

A luta pela Educação do Campo para o conjunto dos camponeses encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, possibilita a participação dos sujeitos na elaboração de políticas públicas, incluindo a educação e traz um marco significativo para a qualidade da educação, seu artigo 215 estabelece:

*Art. 205. A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art.205).*

A especificidade da Educação do Campo é reconhecida em dispositivos legais como o artigo 28 da LDB 9394/1996 que autoriza medidas de adequação da escola às peculiaridades da vida rural. Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

*Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:*

*[...]*

*I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;*

*II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;*

*III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.*

Igualmente, as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (2002), em seu artigo 5º, estabelece que as propostas pedagógicas das escolas do campo “contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia”.

*Art. 5º: As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.*

A Educação do Campo, ao tratar de uma especificidade, e pelo jeito de fazê-lo, configura-se como uma crítica à forma e ao conteúdo do que se entende ser uma política pública e ao modo de construí-la em uma sociedade cindida socialmente como a nossa (Caldart, 2008, p.43).

A Educação do Campo, que não nasceu como teoria educacional ou como política governamental, mas como práxis dos próprios trabalhadores do campo juntamente com seus aliados, tem em seu escopo central a emancipação dos indivíduos. Busca a formação humana e a construção de relações de cooperação associadas à produção material da existência no campo. Isso possibilita e estimula a busca da superação de uma visão pessimista da história, da vida social e das instituições educacionais. Renova a esperança de que outro mundo e outra educação são possíveis. Repõe o desafio permanente de fazer casamentos e refazer conexões de práticas e de saberes diversos.

O empenho de todos os profissionais, nesta etapa de desenvolvimento, conduziram a conquistas de bons frutos. Apesar dessa luta sempre aparecem novos

desafios, principalmente diante do descaso do Governo Estadual que não reconhece o Tempo Comunidade nas Escolas de Alternância; o desmembramento da Escolas da Superintendência de São Mateus; o corte no fornecimento da alimentação para os Educandos; a junção de turmas do 1º ao 5º ano e de 6º ao 9º ano; o não pagamento da merenda Escolar para os educandos da Educação Infantil; a paralização das obras das escolas dos Assentamentos; o corte dos Recursos de manutenção das Escolas e extinção dos Conselho de Escola. Apesar disso, vale a pena ressaltar a importancia destas escolas no Estado do Espírito Santo, pois quase todas as escolas do Campo vem tendo um bom desempenho a nível estadual nas avaliações do IDEB.

Frente a esta realidade, os camponeses chegaram a montar acampamento no Pátio da SEDU - Secretaria de Estado da Educação em Vitória ES. Neste acampamento "Paulo Freire" ressaltaram a importância da reafirmação da luta da classe trabalhadora, mantendo como pauta: a luta pela Educação do campo; o Direito a educação pública e de qualidade no campo; aprovação das Diretrizes das Escolas de Acampamento e Assentamento da Rede estadual de Ensino do Estado do ES; aprovação das Diretrizes operacionais da Educação do Campo; a manutenção e reconhecimento da pedagogia da Alternância em tempo integral nas escolas do Campo; o não Fechamento de escola do Campo e da Cidade. Afirmando que fechar escola é crime! Assim como a nucleação das turmas, que tem a intenção de implementar a terceirização do ensino; a afirmação da pedagogia do Movimento Sem Terra enquanto ferramenta de luta dos camponês pela transformação social e Reforma Agrária Popular; a importância da pedagogia da Alternância enquanto patrimônio histórico dos camponeses/as; e a educação como direito fundamental, não mercadoria.

O Setor de Educação do Movimento Sem Terra – ES, durante o período de acampamento, confirma que, muito mais que unir campo e cidade, é importante unir enquanto classe trabalhadora, porque o capital explora trabalhadores do campo e da cidade. Esse é o grau de responsabilidade que, como classe trabalhadora, devem assumir coletivamente.

Atualmente, a escola tem o apoio das associações, poder público local, associação de pais e a Associação da escola em Alternância, mas um dos maiores apoiadores das Escola em Assentamentos e o Setor de Educação do MST, que nos ajudam a refletir sobre a proposta e a dialogar com o poder público estadual.

A nível de incidência a referida escola tem se destacando no Município em relação ao IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação). A escola tem se despontado entre as melhores em nível de aprendizado. Os resultados estão disponíveis no site do CAED - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica<sup>1</sup>, sistema de avaliação do IDEB a nível Estadual e Federal.

Para Cecília Geórgia Leal do 9º ano do Ensino Fundamental, *"A Escola Três de Maio, é um exemplo de esforços e dedicação para todos os alunos, mesmo que talvez ela esteja perdendo um pouco de sua essência - a Pedagogia do MST, mas mesmo que isso esteja acontecendo, essa escola continua para mim sendo uma das melhores escola do campo. Entrei nesta escola com 4 anos de idade, passei a minha vida inteira*

---

<sup>1</sup> <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam>



*estudando, crescendo e aprendendo em um lugar onde todos os professores se importam com os alunos. Enfim, a escola é um local onde nos aprendemos a lidar com as pessoas do mundo, um local onde nos crescemos, amadurecemos e nos tornamos quem queremos ser".*

Os alunos da escola Três de Maio, após concluir seus estudos no assentamento vão para o ensino médio regular na cidade de Pedro Canário e muitos continuam no modelo de alternância na cidade de Montanha, como técnico em agropecuária na Pedagógica da Pedagogia da Alternância. Em geral os jovens que foram alunos desta escola, estão em diversos ramos no mercado de trabalho, muitos com curso superior completo, outros cursando, alguns no meio político, como é o caso do Secretário de Agricultura do Município, assentado e ex-aluno da Três de Maio. Mesmo que tenham que sair do campo mantém sua identidade camponesa por onde quer que ande.

## **AVANÇOS NA GESTÃO DA TERRA E/OU TERRITÓRIO E EXPECTATIVAS ECONÔMICAS, CULTURAIS, SOCIAIS**

A escola Três de Maio é um espaço aberto a toda a Comunidade, apesar de algumas imposições, por parte do Estado, à instituição. A comunidade tem a escola como um ponto de referência no Assentamento. A Escola e Comunidade se promovem eventos culturais, palestras de diversas temáticas, reuniões com o movimento social, MST.

Mesmo assim, é desafiador para as famílias assentadas garantir a permanência dos jovens no campo. Atualmente, os jovens estão se dedicando mais aos estudos, muitos saem de casa para trabalhar fora durante o dia e retornam à noite, outros permanecem com a família, alguns assumindo o trabalho na Comunidade. Alguns que saíram e arrumaram família, com certo tempo acaba retornando para permanecer no lote. Diante disso que estes limites não estão relacionados somente à educação, mas ao modelo de reforma agrária, como o tamanhos dos lotes, falta de políticas públicas para os jovens, necessidades econômicas para sobrevivência e os sonhos individuais, mais aguçadas nessa idade.

Esta proposta de educação foi construída coletivamente e foi consolidando através da práxis dos sujeitos envolvidos neste processo, através da luta política, na possibilidade de mudar uma realidade como é o caso da produção agrícola que, mesmo tendo como carro chefe, para a economia das famílias, o café e a pimenta do reino, os programas de aquisição de alimentos muito tem contribuído em termos de organização financeira e diversificação da produção.

No campo da agroecologia e práticas sustentáveis, a escola em parceria com a comunidade, tem experimentado algumas iniciativas como o reflorestamento de nascentes, a produção de caldas para aplicar na agricultura, além do combate ao uso de agrotóxicos e queimadas.

Mesmo com os avanços, depois de décadas de ações organizativas, neste novo jeito de caminhar surgiram grandes dificuldades em relação aos órgãos responsáveis pela educação formal do estado. A Secretaria Estadual de Educação/ES (SEDU), que na época era representada pelos Núcleos e Subnúcleos de Educação, infelizmente não reconhecia o trabalho de educação realizado no contexto de ocupação do MST e nos assentamentos, pois fugia às regras da legalidade institucional; e ultimamente, os governantes tem dificultado o dialogo, não querem que as coisas andem. Até as propostas para uma melhor gestão das escolas do campo, junto ao Comitê da Educação do Campo do Estado, foi engavetada e na atual conjuntura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PEREIRA, Gerlan Barbosa. Pedagogia do MST: As Práticas Pedagógicas na Formação Integral dos Sujeitos na Escola Três de Maio, Assentamento Castro Alves, Município De Pedro Canário, Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário Norte, Departamento de Educação e Ciências Humanas, Licenciatura em Educação Do Campo. 2018.

Revista Temo – Uma publicação de Bellumat Comunicação Publicidade e Promoção LTDA. Pedro Canário, 1995 – Numero 01;

CARDOSO, José Odônio de Sá Neto. Texto de Historia do Assentamento Castro Alves e Escola Três de Maio;

Arquivos e fotos da Escola.

## CRÉDITOS

Sistematização elaborada pelos professores da Escola Três de Maio: Magnólia de Souza Maia, José Odônio Cardoso de Sá Neto e Gerlan Pereira Barbosa.

Fotografias: Arquivos da Escola Três de Maio

Assentamento Castro Alves - Pedro Canário/ES, 13 de março de 2019.

## GALERIA DE IMAGENS



Educação Infantil 2019



Conclusão do 9º ano.





Escola Três de Maio



Momento de Mística





Comemoração dos aniversariantes.



Apresentação Cultural





Primeiras moradias dos alunos.



Reflorestamento da área da escola.





Reflorestamento das matas ciliares.



Hortifruticultura da escola.